

Déficit Zero



João Marcos Hausmann Tavares, Fabiano Abranches Silva Dalto, Maria Lucia Falcón, Élide Graziane Pinto, Simone Deos, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Daniel Negreiros Conceição, Eliane Araujo, Isabela Callegari, Caio Vilella, Luciano Alencar, Neide César Vargas e Lucas de Carvalho Sancho da Silva aprofundam a discussão técnica sobre o imperativo da meta de déficit zero em 2024 e desnudam os interesses políticos e de classe por trás das pressões do mercado.



A necessidade do impossível déficit zero

Luiz Carlos Bresser-Pereira*

■ O déficit zero é uma necessidade, embora o Ministério da Fazenda saiba e o mercado financeiro reconheça que isto é impossível, que não acontecerá. Como se explica essa dupla contradição? O Ministério da Fazenda “precisa” se comprometer com o déficit zero e está fazendo tudo que está ao seu alcance para que assim aconteça, porque quer a aprovação pelo Congresso de dois dispositivos que aumentam a receita pública. Um deles é acabar com a dedução dos juros sobre capital próprio da base de cálculo do imposto a pagar das empresas; o outro é acabar com as isenções federais às subvenções ou subsídios que os governos estaduais dão às empresas, os quais, por incrível que pareça, são reduzidos do imposto a pagar das empresas. No primeiro





caso, o aumento da receita federal em 2024 será de R\$ 10 bi; no segundo, de R\$ 35,4 bi.

O ministro Fernando Haddad precisa se comprometer com o déficit zero e lutar por esse objetivo porque precisa que o Congresso aprove duas medidas justas que eliminam dois benefícios escandalosos para as empresas. Dois incentivos que não incentivam nada – apenas reduzem os impostos pagos pelas empresas – mas são defendidos por elas com unhas e dentes.

E por que os representantes do povo se curvam a essas pressões? A razão é óbvia. As empresas que financiam os deputados e senadores não querem pagar impostos, e pressionam os membros do Congresso para não aprovar a eliminação dos subsídios.

A outra razão está no fato que deputados e senadores acreditam que o déficit zero é “necessário” para que o governo reduza a inflação, ou, mais precisamente, para que o Banco Central atinja seguramente sua meta de inflação. Uma crença que deriva da afirmação recorrente por parte dos economistas e da mídia de que o déficit zero é uma condição para o combate à inflação.

Por trás dessa crença está a teoria ortodoxa ou monetarista da inflação. Mas esta teoria, que foi inicialmente formulada por Irving Fisher e foi reafirmada por Milton Friedman, nada diz sobre déficit público zero. O déficit pode estar tranquilamente acima de zero enquanto a inflação se mantém controlada. Para os monetaristas, o que era importante era que o aumento da oferta de moeda descontado o aumento do PIB fosse igual à taxa de inflação desejada. Friedman tinha para isto uma pequena regra de bolso: supunha que o PIB estivesse crescendo a uma taxa de 2,5% ao ano e que a inflação desejada era de 2,5% ao ano, e concluía que o aumento da oferta de moeda deveria ser 5% ao ano. Mas algo desse tipo nunca deu certo, e o monetarismo foi praticamente abandonado pelos economistas ortodoxos. Continuou, porém, a crença popular.

Uma outra teoria que poderia ser usada é a da “crise fiscal”, que os economistas ortodoxos afirmam ser uma permanente ameaça. Mas, em primeiro lugar, não existem crises fiscais. Quando se fala em crise fiscal, está se falando realmente de uma crise de balanço de pagamentos que pode ter como uma de suas causas o excesso de despesa pública. Em segundo lugar, um déficit público maior que zero não significa que há excesso de despesa. Desde que esse déficit seja igual ou menor do que a taxa de juros paga pelo Estado, não há ameaça de crise de balanço de pagamentos. E a despesa do Estado pode ser ainda maior nos momentos em que uma política contracíclica se torna necessária.

Não existe, portanto, teoria alguma que justifique a exigência de



um déficit zero. Um bom economista ortodoxo, Nilson Teixeira, fez uma avaliação positiva da parte econômica do primeiro ano do governo Lula. Concluiu ele, “Em suma, o 1º ano do 3º governo Lula foi marcado por conquistas, inclusive no campo econômico, com avanços em várias frentes.” Já Carlos Drummond, na *Carta Capital*, salienta as dificuldades que o governo vem encontrando. Diz ele que Lula e Haddad vêm sofrendo vários reveses, mostrando o desgaste que todo governo sofre no final de seu primeiro ano de mandato.

Sim, os problemas que o governo enfrenta são muito grandes. Definitivamente, não é fácil governar o Brasil. Muitas vezes os bons governos não conseguem resolver os problemas que estão claros para eles, o que dizer dos problemas estruturais que estão claros para poucos e quase impossíveis de resolver?

Entre os problemas médios que o governo procura resolver eu incluo o novo arcabouço fiscal, os projetos e emendas que visam a aumentar a receita federal, a suspensão das desonerações fiscais que não têm qualquer justificativa para existirem, a montanha de dívidas que se acumularam e vão continuar se acumulando, relativas aos precatórios que foram agravados pelo governo anterior, etc.

Quanto aos problemas estruturais, o único que está sendo atacado e afinal, depois de muitos anos de luta, está sendo resolvido é o da reforma tributária. Os dois outros problemas que considero centrais para que o Brasil volte a se desenvolver depois de 40 anos de quase estagnação são o do aumento da poupança e do investimento público e o da reforma cambial, para tornar competitivas internacionalmente as empresas eficientes existentes no Brasil e levá-las a aumentar seus investimentos.

Ninguém fala do problema da poupança pública muito baixa, mas o governo, que é desenvolvimentista, sabe que o problema associado – o do investimento público – precisa ser resolvido. Porém, se já tem dificuldade em manter o déficit zero, como aumentar a poupança e o investimento público? A alternativa é voltar a tomar emprestado do BNDES sem que o Tesouro crie o respectivo fundo público – o que é heterodoxo, mas necessário.

Quanto à reforma cambial que dará instrumentos para o governo manter a taxa de câmbio competitiva, zerar o déficit em conta corrente e adotar uma política de neutralização da doença holandesa, esta questão não está sequer sendo discutida pelos brasileiros. Seria aconselhável que o governo começasse essa discussão.

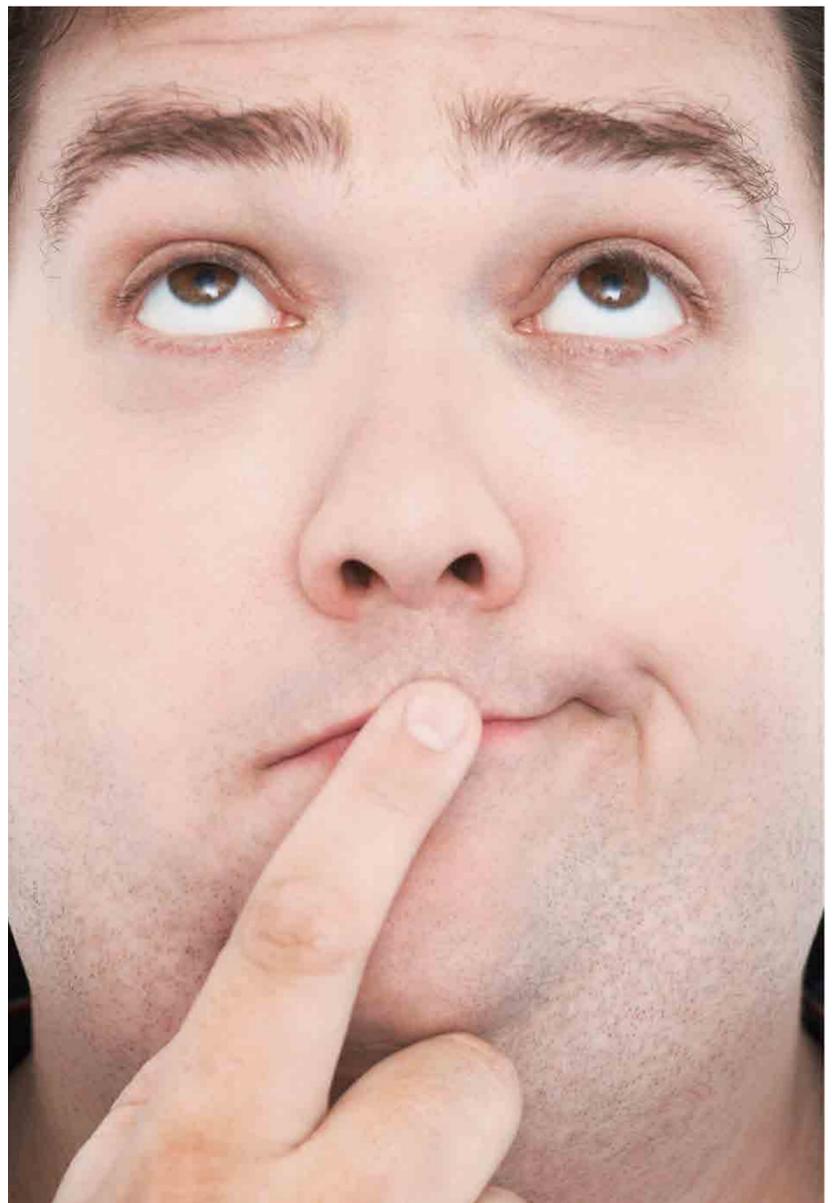
Por que o governo não enfrenta de vez esses dois problemas? Não é porque seja um mau governo, pelo contrário, é um bom governo. Mas porque tanto a realização de poupança pública quanto tornar a taxa



de câmbio competitiva são programas impopulares. Os trabalhadores, por exemplo, querem justamente elevar as despesas sociais. E o primeiro problema é também rejeitado pelas empresas, embora seus dirigentes e seus economistas jurem sempre que defendem o controle das despesas. Defendem, mas não querem pagar os impostos para aumentar a poupança pública.

Estas questões são estruturais, o problema do déficit zero é conjuntural. Para o Brasil, agora, no curto prazo, seria melhor que o déficit fosse um pouco maior do que zero, mas devido à necessidade de aumentar a receita,

o ministro Fernando Haddad precisa lutar pelo déficit zero. A lógica das políticas públicas está longe de ser linear como alguns ingênuos poderiam pensar que são. Há uma intrincada dialética entre as variáveis envolvidas que inviabilizam qualquer linearidade de pensamento.



** É professor emérito da Fundação Getúlio Vargas.*